

  
**REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU**  
**Presidência da República**

# **Compromisso Nacional**

## **“Transformar a Educação”**

**Agosto de 2022**

A Guiné-Bissau, desde os primórdios da luta de libertação nacional, teve consciência clara da importância da educação para o desenvolvimento sócio-económico, científico, técnico, artístico, político e cultural da sociedade guineense e global, por se tratar da "arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo" (Nelson Mandela). Por isso, sempre rubricou e ratificou os acordos internacionais sobre o direito à educação, enquanto direito humano.

Movido por este princípio, o Estado da Guiné-Bissau, através da sua Excelência, o Senhor Presidente, General do Exército Umaro Sissoco Embaló, Comandante Supremo das Forças Armadas, assume solenemente o compromisso de "transformar a educação" nos termos que se seguem, em matéria de:

#### Acesso, permanência e equidade

- Assegurar a continuidade educativa das crianças e jovens guineenses desde o pré-escolar ao ensino superior, sobretudo aos mais vulneráveis e marginalizados, de modo a combater o analfabetismo, a violência baseada no género, o casamento precoce, o trabalho infantil, a gravidez precoce e a exclusão escolar e social;
- Expandir a rede escolar de forma equitativa e dotá-la de escolas inclusivas, seguras e saudáveis;
- Promover a abertura à diversidade e à necessidade de mudança de atitudes e comportamentos, reimaginando os modelos e as técnicas de ensino e aprendizagem e arquitetura escolar;
- Criar escolas sustentáveis que respondam às condições ambientais e às mudanças climáticas;
- Conceber a escola para inclusão digital e tecnológica;
- Fortalecer a governança escolar e a capacidade de financiamento público nos níveis local e nacional, comprometendo-se o governo e a sociedade civil a apoiar as escolas e promover ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos;
- Preparar as escolas para situações de emergência, pressão e transição demográfica;
- Eliminar as barreiras ao acesso ao ensino superior e à formação profissional.

#### Qualidade e Pertinência

- Realizar reformas curriculares e promover métodos pedagógicos mais envolventes e adequados, de modo a satisfazer a crescente demanda por uma variedade de formas de ensino e aprendizagem nas escolas;
- Conferir professores e alunos com competências digitais;
- Promover uma educação/formação de qualidade ao longo da vida, adequando-a ao mercado do emprego;
- Assegurar uma avaliação formativa e integral dos alunos;
- Promover a inovação na educação;
- Reformar os currículos contemplando temáticas do desenvolvimento sustentável, reforçando a literacia, numeracia, competências científicas e "competências verdes" ao longo da vida;

- Considerar e valorizar o conhecimento autóctone vital para a mitigação e adaptação às mudanças sociais e ambientais;
- Direcionar o ensino técnico e a formação superior para conhecimentos e competências para o desenvolvimento sustentável;
- Melhorar o perfil profissional e científico dos professores de todos os níveis de ensino e formação;
- Dotar os estabelecimentos de ensino e formação de bibliotecas, laboratórios e oficinas técnicas e profissionais.

#### Governança e Pilotagem e Financiamento da Educação

- Garantir que os calendários e horários escolares não impeçam experiências de aprendizagens enriquecedoras e colaborativas, baseados em problemas e projetos e pesquisa-ação;
- Promover a flexibilidade organizacional em todas as comunidades escolares;
- Tornar a grelha salarial dos docentes mais atrativa;
- Implementar uma política de incentivos salariais a favor das professoras, de modo a atraí-las para a docência;
- Criar programas de integração para professores no início da carreira;
- Implantar, de maneira holística e concertada, componentes da carreira profissional docente incluindo contratação, formação e desenvolvimento profissional;
- Promover cultura de investigação e inovação educacional;
- Garantir a introdução da tecnologia e conectividade digital na educação;
- Implementar o acesso aberto de professores e alunos a informações;
- Garantir um alto nível de proteção de privacidade de dados para professores, alunos, pais e encarregados de educação, famílias e demais atores do processo educativo;
- Mitigar as lacunas de financiamento da educação;
- Promover formas mais equilibradas de cooperação internacional;
- Melhorar o envolvimento da sociedade civil na educação nos níveis local, nacional e internacional;
- Garantir que o financiamento nacional e internacional corresponda aos compromissos;
- Assegurar uma forte colaboração com os atores globais;
- Garantir que a riqueza privada contribua adequadamente para o bem público;
- Melhorar a capacidade de estabelecer compromissos com base no consenso e garantir a prestação de contas e responsabilidade por esses compromissos;
- Assegurar financiamento público adequado por meio de políticas fiscais justas;
- Regulamentar a oferta educacional e o uso adequado dos fundos públicos;
- Adotar o princípio da subsidiariedade no sector educativo;
- Garantir o financiamento público adequado e sustentado para uma educação de qualidade em todos os níveis do sistema educativo (Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário,

Ensino Técnico e Formação Profissional, Ensino Superior e Alfabetização e Educação não Formal).

O nível do desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade indica o estado em que se encontra o nível da sua Educação isto é, da sua capacidade em promover o seu desenvolvimento sustentável. Portanto, a Educação é um instrumento de emancipação do Homem, um instrumento que lhe permite interferir de forma consciente na mudança da sua condição e da sua existência.

Definidas as estratégias e traçados os objetivos, resta-nos a mobilização de recursos para a sua aplicação na transformação da Educação. As limitações dos recursos internos, nos leva a interpelar os parceiros para nos apoiarem no cumprimento dos compromissos ora assumidos, reafirmando o nosso firme engajamento em trabalhar afincadamente na transformação da nossa sociedade priorizando a Educação. Se considerarmos o desafio proposto com meios ( humanos e financeiros) disponíveis, tendo como suporte os instrumentos jurídicos e legais reguladores e orientadores do sistema, podemos vislumbrar um cenário propício à transformação do homem através da educação, à conquista do seu espaço na produção do conhecimento científico e tecnológico e na dignificação da sua condição.

Finalmente, pretendemos sublinhar o facto de que a transformação da Educação deve ser do interesse geral e que todos os actores sociais devem intervir em prol de um sistema educativo comprometido com o desenvolvimento do país.

